

PODER

Aras perto da recondução

Procurador-Geral da República, que será sabatinado, hoje, na CCJ do Senado, tem parecer favorável do relator para novo mandato de dois anos. Ministro Alexandre de Moraes, do STF, arquiva notícia-crime de senadores contra o PGR por suposta prevaricação

» ISRAEL MEDEIROS
» CRISTIANE NOBERTO

Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para mais dois anos no cargo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, será sabatinado, hoje, às 10h, no Senado. Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa decidirão se ele está apto a continuar na função. A expectativa é de que a sessão seja marcada por questionamentos sobre a atuação dele à frente da Procuradoria-Geral da República, especialmente sobre eventuais omissões em casos que poderiam impactar o chefe do Executivo e seus aliados.

A recondução de Aras, no entanto, é dada como certa entre os próprios senadores, apesar de ele não integrar a lista tríplice apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O PGR é bem-visto entre parlamentares por ter inviabilizado a Operação Lava-Jato e ter pedido a investigação de procuradores que integravam a força-tarefa.

Designado relator da sabatina na CCJ, Eduardo Braga (MDB-AM) já havia adiantado ao **Correio**, na semana passada, que acredita na aprovação do nome de Aras. Ontem, ele apresentou um relatório favorável à recondução. No documento, o senador enfatizou a carreira acadêmica e profissional do PGR, além de suas contribuições ao Ministério Público da União nas áreas ambiental, eleitoral, administrativa, criminal, social, educacional, entre outras.

Braga ressaltou, inclusive, ações de enfrentamento ao novo coronavírus, como a criação do Gabinete Integrado de Combate à Epidemia Covid-19 (Giac), “que designou procuradores e promotores para atuar em todos os estados brasileiros”. No fim do relatório, disse haver elementos suficientes para aprovar a permanência de Aras.

A advogada constitucionalista Vera Chemin explicou que o

Antonio Augusto/Secom/PGR



A aprovação na CCJ é a primeira etapa para a recondução de Aras. Ele terá de passar, também, pela avaliação do plenário do Senado

procurador-geral não tem, necessariamente, a prerrogativa de fiscalizar o Executivo, mas deve se posicionar em casos em que há afronta a algum dos Poderes.

“A partir do momento em que ele recebe uma denúncia, uma notícia-crime, quando há a exigência constitucional de ele se posicionar, é obrigado a fazê-lo no prazo constitucional e legal”, destacou. “As críticas a ele por omissão em casos envolvendo o presidente da República têm se baseado nisso, na suspeita de que ele estaria se omitindo para proteger o chefe do Executivo e seu entorno. Ele pode se posicio-

Omissão
A prevaricação fica configurada quando um servidor público não toma determinada ação que lhe compete, com o objetivo de beneficiar terceiros.

nar de ofício, mas, normalmente, atua por provocação.”

Para ser reconduzido, ele precisa passar pela CCJ e ter o nome aprovado em maioria simples, 41 votos, no plenário da Casa.

Notícia-crime

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou, ontem, o pedido dos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Fabiano Contarato (Rede-ES) para investigar Aras por suspeita de **prevaricação**, pois teria se omitido diante de condutas “arbitrárias” de Bolsonaro.

Na decisão, Moraes apontou falta de indícios para a abertura de inquérito, pois, segundo destacou, não havia elementos suficientes para enviar o caso ao Conselho Superior do Ministério Público, responsável por averiguar irregularidades de funcionários do Ministério Público. De acordo com o ministro, para configurar a prevaricação, é necessário que, além da vontade livre e consciente de realizar o ato, o funcionário público precisa demonstrar interesse em fazê-lo. Para o magistrado, esses elementos não foram encontrados na

Conforme expressado pelo doutor Antônio Augusto Brandão de Aras, a sua gestão à frente da Procuradoria-Geral da República tem procurado reforçar o papel do Ministério Público na solução de conflitos, atuando de forma extraprocessual e preventiva, sem renunciar de fiscalização”

Trecho do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM)

denúncia dos parlamentares. No texto entregue ao Supremo, os senadores acusavam Aras de deixar de fiscalizar Bolsonaro com relação às declarações e condutas contra o sistema eleitoral; às ameaças à democracia brasileira; e às falhas no enfrentamento à pandemia. Segundo os parlamentares, ao receber as denúncias, o PGR apenas arquivou os pedidos. “O procurador-geral da República assumiu papel de destaque nas tentativas de ‘blindar’ o presidente da República e seus ministros, impedindo a atuação de outros membros do Ministério Público Federal nessa fiscalização, em desrespeito ao princípio da independência funcional. De maneira inédita, o PGR enviou ofícios para os ministérios do governo federal solicitando que todas demandas enviadas por outros procuradores fossem reencaminhadas ao seu gabinete, onde seriam reavaliadas”, dizia o texto.

Em baixa, Mendonça ganha concorrentes

Após mais de um mês de sua indicação oficial para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça parece ter sido abandonado pelo presidente Jair Bolsonaro. O ex-ministro da Justiça e ex-advogado-geral da União iniciou uma jornada de conversas com senadores antes mesmo de ser escolhido para o posto — aberto com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello —, a fim de conseguir apoio na Casa.

Não há, porém, sequer uma data para a sabatina de Mendonça. O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-MG), encaminhou a indicação dele para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa, mas o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), resiste em pautar a oitiva. Seria uma represália do político do Amapá à ofensiva do chefe do Planalto contra o Poder Judiciário e, em especial, ao STF. A dependência da vontade dos parlamentares, esse processo deverá se arrastar por tempo indeterminado, já que não há previsão constitucional de prazo para apreciar o nome de um indicado à Suprema Corte.

Para Geraldo Tadeu Monteiro, cientista político da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o travamento do processo é uma espécie de recado do Senado ao governo para demonstrar que o presidente Bolsonaro não pode governar sem o Congresso. Ele acredita que não há exatamente uma rejeição ao nome de Mendonça, mas uma vontade de mostrar ao chefe do

Executivo quem é que manda.

“Isso é uma demonstração óbvia e tardia de que a relação institucional é uma via de mão dupla. Bolsonaro age como se fosse uma relação de mão única, em que só ele seria beneficiado. Ele segue um político do baixo clero, e não preza o diálogo. O Congresso sabe fazer valer suas prerrogativas. Você não precisa criticar ou reprovar, é só não votar”, destacou.

A falta de apoio público de Bolsonaro está sendo avaliada como um desinteresse do presidente em tornar Mendonça um ministro do STF. A iniciativa do chefe do Executivo teria sido apenas para cumprir a promessa de indicar um ministro “terrivelmente evangélico” à Corte.

Adversários

Nos últimos dias, novos nomes têm sido ventilados para o lugar que seria de Mendonça. Um deles é o de Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tem demonstrado interesse na vaga, ao se omitir em posicionamentos da Corte contra Bolsonaro. Outro nome possível é o de Augusto Aras, que deve ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República — a sabatina dele no Senado está marcada para hoje.

É o que explica Márcio Coimbra, cientista político e coordenador de pós-graduação em relações institucionais e governamentais do Mackenzie. Para o especialista, o tamanho do placar no Senado a favor da recondução de Aras poderá servir de

Marcos Correa/PR



André Mendonça sofre resistência a seu nome: presidente da CCJ do Senado resiste em pautar sabatina

Sem data

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, ontem, em evento da Secovi, sindicato patronal do mercado imobiliário, que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre, não tratou com ele sobre a data da sabatina do ex-ministro da Justiça e ex-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mais cedo, em entrevista a uma rádio paulista, Bolsonaro disse que a sabatina de Mendonça ocorreria nos próximos dias. O responsável por marcar o evento que chancela ou não a indicação é Alcolumbre, que tem “segurado” a pauta em meio a desentendimentos com o Palácio do Planalto.

prova ao Planalto de que tem força para passar por uma sabatina à Suprema Corte.

“Eu acredito que existe muita chance do Aras entrar no STF. Na minha avaliação, Mendonça

está fora do jogo, e Aras vai mostrar o tamanho da força política dele no Senado. Se ele tiver ampla votação, isso vai ser importante para ser indicado ao STF”, afirmou. (IM)

» » “Pessoa fantástica”

O presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, esperar que André Mendonça, indicado para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), seja sabatinado pelo Senado nos próximos dias. Em entrevista à Rádio Nova Regional, do Vale do Ribeira (SP), no entanto, o chefe do Executivo político do que técnico”, o que poderia complicar a aprovação. “André Mendonça é pessoa fantástica”, defendeu o presidente, destacando o que chamou de saber jurídico e a religiosidade do indicado.

Bolsonaro mantém ataques

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que não se pode “aceitar passivamente” as prisões de aliados, casos do presidente do PTB, Roberto Jefferson; do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ); e do blogueiro Oswaldo Eustáquio, determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Foi preso, há pouco tempo, um deputado federal e continua preso até hoje, em prisão domiciliar. A mesma coisa um jornalista, ele é jornalista, é blogueiro, também continua em prisão domiciliar até hoje. Temos, agora, um presidente de partido. A gente não pode aceitar passivamente isso, dizendo: ‘Ah, não é comigo’. Vai bater na tua porta”, comentou, em entrevista à Rádio Regional FM 91, de Registro (SP).

Bolsonaro enfatizou, ainda, que “não é justo” um magistrado da Corte determinar prisões por ser criticado e que os ministros deveriam “tolerar” comentários. “Se você acha que a crítica está exagerada, você entra na Justiça. Um ministro do Supremo Tribunal Federal mandar prender, isso não é justo. A crítica, por pior que seja, você tem de tolerar. A liberdade de expressão é ampla, é garantida a todos nós”, destacou.

Na sexta-feira, em mais um capítulo do tensionamento entre os Poderes, Bolsonaro protocolou, no Senado, um pedido de impeachment contra Moraes. Ele assegurou, também, que entrará com um pedido de impeachment contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Luís Roberto Barroso.